

**MANIFESTO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS (APLICADAS): A UNIVERSIDADE E O
DOCENTE NA ATUAL FASE DO CAPITALISMO SUBDESENVOLVIDO
NEOLIBERAL - UMA ANÁLISE DE CASO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO
INTERIOR DO CEARÁ**

Hugo Feitosa Gonçalves¹John Mateus Barbosa²**Resumo**

Tomando como objeto as condições estruturais das ciências sociais aplicadas no Brasil na contemporaneidade a partir de uma análise de caso, o artigo toma como questão: quais rumos o espírito das ciências sociais aplicadas está tomando na atual fase do capitalismo no Brasil? Com o intuito de produzir fundamentos para discutir essa questão, o objetivo geral desse ensaio é levantar elementos materiais e discursivos sobre a relação entre o ideário neoliberal e as remodelações nas ciências sociais aplicadas no Brasil na atual fase do capitalismo, tomando como representativo o caso de uma universidade pública do estado do Ceará. A partir de uma perspectiva materialista histórica e dialética, esse artigo trata de discutir o avanço dos elementos materiais e ideológico do neoliberalismo sobre a universidade pública e sobre as condições econômicas, sociais e da atividade profissional do docente. Por fim, consideramos que o pairar do espírito neoliberal sobre as instituições de ensino superior busca impor a lógica da individualização dos resultados das condições de vida da população, assim pressionando por uma reorientação dos cursos de graduação para a lógica quantitativista, de orientação para o mercado, na busca de sucatear o pensamento crítico, enquanto os professores, na condição de temporários, estão em processo de precarização econômica, social e da atividade profissional, em um horizonte curtoprazista de permanência na atividade.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ciências Sociais Aplicadas. Docência. Precarização.

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UFCG); Mestre pelo PPGDR/UEPB; Doutor pelo PPGCS/UFRN; Professor (UFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6323-1648>.

² Doutor em Educação (PPGEDU/UFPE); Professor EBTT do IFCE, Campus Iguatu.



Manifesto for Social Sciences (Applied): the university and the teacher in the current phase of neoliberal underdeveloped capitalism - a case analysis of a public university in the interior of Ceará

Abstract

Taking as its object the structural conditions of the social sciences applied in Brasil in contemporary times from a case analysis, the article takes as a question: what directions is the spirit of the applied social sciences taking in the current phase of capitalism in Brasil? In order to produce grounds to discuss this issue, the general objective of this essay is to raise material and discursive elements about the relationship between the neoliberal ideals and the remodelings in the social sciences applied in Brasil in the current phase of capitalism, taking as representative the case of a public university in Ceará estate. From a historical and dialectical materialist perspective, this article deals with discussing the advancement of the material and ideological elements of neoliberalism on the public university and on the economic, social conditions and professional activity of the teacher. Finally, we consider that the hovering of the neoliberal spirit over higher education institutions seeks to impose the logic of the individualization of the results of the living conditions of the population, thus pressing for a reorientation of undergraduate courses to the quantitative logic, of orientation to the market, in the search to scrap critical thinking, while teachers, in the condition of temporary, are in the process of economic, social and professional activity precariousness, in a short-term horizon of permanence in the activity.

Keywords: Neoliberalism. Applied Social Sciences. Teaching. Precariousness.

Introdução

Atualmente, percebemos um movimento de desestruturação das ciências sociais aplicadas críticas - essa apresentada como reestruturação modernizante - em função da sobreposição de um currículo de especialização da força de trabalho (desde o ensino médio com a contrarreforma de 2017) em detrimento do debate dos fatores gerais, seja dos agregados, ou da economia política.

Ao passo desse movimento de redirecionamento do debate nas ciências sociais aplicadas, percebemos um processo de sucateamento do trabalho da docência do ensino superior público, a partir da precarização do trabalho docente com a sobreposição dos contratos de temporário e substitutos aos de efetivos como

produto da contrarreforma neoliberal permanentes desde meados da década de 1990, que impõem barreiras estruturantes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no Brasil, principalmente nas instituições de ensino superior criadas ou expandidas nas últimas duas décadas, já sob o regime fiscal neoliberal da Lei de Responsabilidade Fiscal³, caso do Campus de Iguatu-CE da Universidade Regional do Cariri (URCA).

As informações específicas desse ensaio deriva de uma pesquisa participante do autor enquanto esteve como diretor de Pós-Graduação e Pesquisa da URCA, Campus Iguatu, no ano de 2023 é disponibilizados aos agentes da direção e coordenadores do Campus, assim como à reitoria.

Como afirma Marx (1977), não se pode compreender as questões sociais sem a observação do geral. Se queremos nos aproximar de uma compreensão do real concreto, não se pode compreender a política, a economia, as relações sociais - incluindo aqui as instituições de educação - de forma isolada, desconsiderando as relações de produção históricas quais estão inseridas.

Tomando como objeto as ciências sociais aplicadas, centrando no curso de Ciências Econômicas da URCA, Campus Iguatu, para produzirmos esse ensaio introdutório partimos da questão: quais rumos o espírito das ciências sociais aplicadas está tomando na atual fase do capitalismo no Brasil?

A partir da questão de partida, temos aqui como objetivo geral levantar elementos materiais e discursivos sobre a relação entre o ideário neoliberal e as remodelações nas ciências sociais aplicadas no Brasil na atual fase do capitalismo, tomando como representativo o caso da URCA, Campus Iguatu.

Assim, tomamos como objetivos específicos: i) discutir brevemente os elementos ideológicos-discursivos e materiais do neoliberalismo no processo histórico mundial a partir de meados do século XX, na condução da formação do atual cenário no Brasil; ii) levantar uma discussão inicial sobre o avanço do espírito social sobre as universidades (grade curricular, a pressão para a adaptação dos docentes à superficialidade e o individualismo alienado que pairam sobre discentes e docentes,

³ Ver Gonçalves (2023).

e concorrência para a sobrevivência entre docentes), especificamente no curso de Ciências Econômicas na URCA, Campus Iguatu; iii) correlacionar o espírito neoliberal e o processo de contrarreforma nas ciências sociais aplicadas no Brasil.

A partir de uma perspectiva dialética materialista e idealista, tomamos como método de levantamento das bases analíticas uma revisão bibliográfica e a observação participante de caso específico. Como método de análise propomo-nos a fazer uma correlação entre o debate teórico-conceitual com o caso específico. Como método de escrita partimos do abstrato, da discussão teórica-conceitual, para o real concreto pensado a partir dos instrumentos real-abstratos.

Tomamos como principais conceitos de análise: neoliberalismo; individualismo; financeirização; dependência; superexploração da força de trabalho; ciências; a partir do referencial base: David Harvey (2011); Perry Anderson (2008) e Marini (2022).

Portanto, esse ensaio, para além dessa introdução, é composto por três seções, discutindo: i) o espírito neoliberal e os interesses da burguesia liderada pelo capital financeiro no Brasil; ii) as contrarreformas pela margem nas ciências sociais aplicadas no Brasil contemporâneo; iii) o neoliberalismo e as contrarreformas, o caso das ciências sociais aplicadas no Brasil: um manifesto.

Ressaltamos que a nossa proposta aqui não é estabelecer um diagnóstico conclusivo, mas sim abrir a discussão sobre o tema e ressaltar a relevância desse se quisermos contribuirmos na formação de uma sociedade human(ist)a.

1 O Livre Pairar do Espírito Neoliberal

O neoliberalismo como reflexo material infraestrutural dos conflitos de classes de frações de classe, tem como base um “espírito” expressa na superestrutura ideal, ou seja, uma corrente de pensamento estruturada com princípios, pressupostos, objetivos e diretrizes, que, para além as instituições políticas (do Estado), se relaciona com outras instituições (religiosas, midiáticas, etc.), na contemporaneidade - especificamente na América Latina no geral, e no Brasil em particular -, qual se sobrepõe a qualquer outro espírito social, em um processo de retroalimentação com as condições matérias dadas.



A partir do princípio desenvolvido pelas primeiras correntes do pensamento econômico da modernidade, que emergiram junto com o novo modo de produção, as relações de produção capitalista, estruturado pelos clássicos do liberalismo inglês (destacamos aqui Smith, Ricardo e Malthus), parte da ideia de que a felicidade humana, ou seja, o bem-estar seria alcançado a partir do acúmulo material, mais especificamente, do acúmulo de valor. Portanto, para esses, quanto maior a acumulação material, de valor de uso e valor de troca, maior seria a felicidade humana. Um segundo princípio emergido com a sociedade é o do indivíduo autônomo como uma instituição inquestionável⁴.

A partir desses princípios base, os clássicos do liberalismo tomam como pressupostos: i) a propriedade privada como sagrada, inquestionável; ii) o indivíduo como único responsável por suas condições materiais, e que cada indivíduo buscando o melhor para si, sem ter a intenção de promover o bem-estar social, geraria o aumento do bem-estar geral; iii) o livre mercado condicionaria a maximização do bem-estar dos povos inseridos nas relações de troca capitalistas. Como fundamentação desses pressupostos, destacamos algumas considerações dos pensadores estruturais dessa corrente do pensamento econômico-social.

O primeiro dessa corrente, o inglês Adam Smith (1988), no primeiro capítulo da obra “A Riqueza das Nações”, publicada em meados da década de 1770 - período qual a Inglaterra já tinha alcançado a hegemonia produtiva internacional⁵ -, afirma que não é pela benevolência do padeiro, do açougueiro e do cervejeiro que temos o nosso jantar, mas sim pelo seu amor próprio, por seus interesses de produzirem e venderem, que proporcionam essa condição social promotora do bem-estar social.

Thomas R. Malthus *apud* Hunt (1989), desconsiderando as condições históricas de violência, espoliação, expropriação e exploração, afirma que é a moral dos indivíduos que condiciona as suas condições de vida, que seriam os indivíduos regidos pela moral cristã aqueles que constituíam uma acumulação material, ou seja, que detinham a propriedade privada, e que seriam aqueles indivíduos não dotados da

⁴ Ver: Hunt (1989), “História do Pensamento Econômico”, e Gonçalves (2020), “Sobre o Método: do positivismo ao marxismo”.

⁵ Ver: Chang (2004), “Chutando a Estada”.

moral cristã, que levavam suas vidas boêmias, e assim, que não se dedicavam ao máximo ao trabalho, que produziam filhos para além das suas condições materiais, os desprovidos de propriedade privada.

Portanto, para Malthus *apud* Hunt (1989), qualquer ação assistencialista e tentativa de minimizar a pobreza acarretaria na diminuição do bem-estar geral, pois o aumento do bem-estar desses não dotados da moral cristã por qualquer via assistencialista aumentaria as condições desses de manterem as suas vidas boêmias, diminuiria a necessidade desses de trabalharem, aumentando o ócio e diminuindo a produção geral, além de induzir esses a fazerem mais filhos - percebemos que esse são os pressupostos que fundamentam os discursos que tentam estigmatizar as famílias de trabalhadores assistidas pelo Estado brasileiro com programas de transferência de renda, desconsiderando as condições históricas da formação econômico-social brasileira.

A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, da primeira metade do século XXI, estrutura na prática a perspectiva abstracionista dedutiva, base do pensamento liberal. De acordo com a teoria, os países não precisavam ter vantagens absolutas, ou seja, ser mais produtivo, que se refere a necessitar de menos tempo de trabalho, sobre determinada produção no mercado internacional para se beneficiar do comércio entre países. Para Ricardo, os países apenas precisam ter vantagens relativas sobre a produção de diferentes itens. Assim, pressupondo o mercado concorrencial, qual o valor da produção seguiria um caminho inverso ao da produtividade, devido ao aumento da oferta, a partir da maximização da produtividade no mercado internacional, os países deveriam se especializarem na produção quais eram mais produtivos, porque, a partir das relações do comércio internacional, todos aumentariam seu bem-estar com o aumento do poder de consumo. Então, os países que detinham maior produtividade relativa na produção de bens primários deveriam especializar-se nessa atividade e demandarem manufaturas no mercado internacional (Hunt, 1989).⁶

⁶ Prebisch (*apud* Bielschowsky, 2004), em meados do século XX, refuta essa teoria ao desenvolver a tese da deterioração dos termos de troca no processo histórico, entre meados do século XIX e meados do século XX, dos países latino-americanos, especializados na produção e exportação de produtos agrícolas sob os países especializados na produção de manufaturas, conhecida com uma das teses

Em finais do século XXI, os neoclássicos do pensamento econômico, a partir da perspectiva abstrata dedutiva, pressupondo que os investimentos seriam derivados apenas do valor social absorvido pelos empresários, o lucro, tratam de legitimar a exploração da força de trabalho e expropriação da renda dos trabalhadores (Hunt, 1989).

Com a crise do liberalismo estadunidense em 1929, somada a decadência da hegemonia internacional da Inglaterra liberal,⁷ o espírito liberal perde a hegemonia internacional, dando lugar ao espírito desenvolvimentista, que tem como marco inicial o New Deal estadunidense nos anos 1930 - porém a União Soviética a partir da sua revolução socialista já teria implantado uma política de e a atuação direta do Estado no planejamento e na produção, condicionando o aumento da participação dessa na oferta de manufaturas do mercado mundial de 7% em 1920 para 20% em 1930 (Gremaud *et al*, 2002) -, mas principalmente a partir de finais da Segunda Guerra Mundial em meados dos anos 1940, para absoluto por volta de quarenta anos, até as crises do modelo de desenvolvimento fordista em meados dos anos 1970.

Assim, o espírito político-econômico-social neoliberal emerge na periferia do pensamento desenvolvimentista em finais dos anos de 1930, tendo como um dos seus expoentes Friedrich Hayek (2010), qual publica “O Caminho da Servidão” na primeira parte da década de 1940. A publicação já no prefácio e no capítulo introdutório apresenta um objetivo, esse tão claro que não podemos considerar implícito, que é o de estigmatizar o comunismo, o Estado e o desenvolvimentismo condicionado pelo planejamento estatal, colocando todas essas correntes do pensamento e da atuação política que não são diretamente neoliberais - ou seja, que não promovem a desregulamentação das relações de produção e de troca, o afastamento do Estado na atuação direta das relações econômicas, o exaurimento das políticas de transferência de renda para a base da pirâmide social - no mesmo balaio, chamando-os de inimigos socialistas totalitaristas.

da CEPAL. Ainda no século XIX, o pensador desenvolvimentista alemão Friedrich List (*apud* Padula e Fiori, 2019) desenvolve o conceito de “vantagens dinâmicas” ressaltando que as vantagens comparativas, competitivas podem ser desenvolvidas historicamente.

⁷ Ver Chang (2004), “Chutando a Escada”.



O neoliberalismo, corrente que, se diferencia do liberalismo dos séculos XVIII e XIX que se opunha ao mercantilismo francês, toma como oposição agora o desenvolvimentismo capitalista e o socialismo, tendo como fração dominante a burguesia financeira liderada pelo capital bancário, pregando nesse novo processo histórico a privatização das empresas estatais desenvolvidas nos processos de industrialização, a desregulamentação das leis trabalhistas e o sucateamento da seguridade social - tendo como base o pensamento de Malthus -, mantendo o discurso de liberalização comercial e afastamento do Estado das relações econômicas diretas.

Portanto, o neoliberalismo passa a ser estruturado junto com a estruturação do poder do capital financeiro internacional - capital formado das relações entre o capital bancário e os monopólios produtivos⁸ -, e o poder desse sobre os Estados.

O ideário neoliberal passa a dominar um Estado pela primeira vez na história a partir do golpe sobre o governo social-democrata de Salvador Allende, com o assassinato do então Presidente pelos golpistas, em 1973, e a instauração do regime militar pinochetista que perdura até meados da década de 1990 e a sua Constituição por mais duas décadas.

Nos países centrais, o neoliberalismo ascende ao poder do Estado com o Governo Thatcher, na Inglaterra, e com o Governo Reagan, nos Estados Unidos, em finais da década de 1970.

Na América Latina, especificamente no Brasil, a partir da instauração do regime militar, o capital financeiro internacional passa a financiar o desenvolvimento das burguesias internas, que não aproveita o financiamento para alcançar a fronteira tecnológica, ao passo que é alimentado a partir da sua alocação no Bancos Centrais como reservas internacionais, sem gerar aumento de produtividade à taxas de juros flutuantes, pós-fixadas, flutuando de acordo com a taxa de juros dos países centrais, Estados Unidos e Inglaterra.⁹

⁸ Ver: Lenin (1987), "Imperialismo: fase superior do capitalismo".

⁹ Sobre a história econômica do Brasil contemporâneo até os primeiros Governos do Partido dos Trabalhadores, ver: Giambiagi *et al* (2021), "Economia Brasileira Contemporânea"; Araujo e Mattos (2021), "Economia Brasileira: de Getúlio à Dilma - novas interpretações". Portanto, até o primeiro período de Governos do PT, esse é o nosso principal referencial.



O processo de dependência ao capital financeiro internacional, e assim de ampliação da vulnerabilidade externa, estoura com a retomada do aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, somada ao segundo choque do petróleo em finais dos anos 1970, somado à fuga de capitais dos países da América Latina. A partir desse momento, a dívida externa brasileira passa a crescer de forma autônoma, ou seja, sem novos empréstimos, junto cresce o processo inflacionário, e o Estado brasileiro tem que recorrer ao aumento da dívida pública interna, com aumento da taxa de juros dessa, e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) - o partido internacional da grande burguesia financeira -, o qual guia a economia brasileira nos primeiros anos da década de 1980, cedendo espaço estratégico no período da chamada redemocratização brasileira, em meados da década de 1980.

Porém, o subdesenvolvimento dependente do mercado e do capital externo, principalmente do capital financeiro internacional, para atrair capital externo, equilibrar a taxa de câmbio e equacionar o processo inflacionário, a reestruturação das dívidas dos países latino-americanos no Consenso de Washington em 1989, marca o início da dominância financeira sobre os estados latino-americanos.

O neoliberalismo alcança a hegemonia do Estado brasileiro com a ascensão do Governo Collor (1990-1992) que, junto à política monetária na tentativa de frear o processo inflacionário brasileiro, trata de iniciar o processo de contrarreformas¹⁰ qual tinha como principal barreira a chamada Constituição Cidadã brasileira recém institucionalizada em 1988.

O Governo Collor (1990-1992) inicia o processo de contrarreformas neoliberais a partir do avanço sobre o funcionalismo público, estabelecendo os primeiros passos para o processo de privatizações, além de promover a abertura comercial, ao passo

¹⁰ Tomamos o conceito gramsciano discutido por Coutinho (2012), qual retrata o processo de avanço da burguesia sobre o produto social através do Estado, sem concessões para a classe trabalhadora. “Contrarreforma”: uma restauração da dominação, uma combinação entre o velho e o novo com a preponderância do velho, não se identificando como tal, como um movimento restaurador, mas, como faz os neoliberais, se apresenta como novo, como “reforma”, autônoma de interesses de classes, positiva, sem concessões à classe trabalhadora; o que difere do conceito de “revolução passiva”, essa percebida pela dialética entre restauração e revolução, conservação e modernização, uma reação da classe dominante as pressões das classes subalternas com a finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem dominante e acolhimento de uma certa parte das reivindicações das classes subalternas, essas ainda não suficientemente organizada para se colocar como classe diretora da reprodução social, mas capaz de impor um novo contraponto às classes dominantes.



que os salários estavam desindexados da inflação e os investimentos na formação bruta de capital fixo foram sucateados.

Os Governos Franco (1992-1994) e, principalmente, Cardoso (1995-2002) tratam de elevarem as taxas de juros, aumentando o poder do capital financeiro sobre o fundo público através da dívida pública, para atrair capital e equacionar o processo inflacionário, manter a abertura comercial e promover a abertura financeira, além de iniciar a contrarreforma da previdência, passando a cobrar a contribuição previdenciária aos próprios beneficiários.

Entre finais do primeiro para o segundo Governo Cardoso, passa a ser estruturada a contrarreforma fiscal a partir da instituição do tripé macroeconômico - câmbio flutuante, metas inflacionárias, sendo a taxa de juros o instrumento utilizado para equacionar essas, e superávit primário, ou seja a disposição de que as despesas sociais sejam menores do que as receitas, sem considerar os gastos com os serviços da dívida pública, exatamente em função de alimentar essa.

Junto com o tripé é instituída a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) qual, entre outras questões, não restringindo gastos com o sistema da dívida pública, impede que os entes federais aumentem suas despesas fixas - sobretudo com o funcionalismo público, mesmo que a população cresça marginalmente de forma relativamente constante - sem o aumento das despesas fixas ou diminuição de outras despesas (Brasil, 2000) - que, em uma formação econômica-social regida pelo espírito que condena o aumento da tributação, principalmente se for sobre os mais ricos, ou seja sobre os lucros financeiros, que estigmatiza a força motriz do desenvolvimento econômico de todos os tempos, o Estado, sucateando as forças produtivas internas, tornando o desenvolvimento econômico e assim o crescimento dos recursos do Estado algo inalcançável, e podemos percebermos que a renda média brasileira estagnou desde o pairar do neoliberalismo, tendo um afago entre meados e finais dos Governos Lula com o redirecionamento parcial da política macroeconômica, condicionado pelo cenário externo (Carvalho, 2021).

Os Governos Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016) tratam de manterem as contrarreformas neoliberais estruturais herdada dos Governos Cardoso, enquanto praticam políticas pontuais, sem alteração constitucional, de concessões para a



classe trabalhadora, como reajuste real do salário mínimo, ampliação da política de transferência de renda para a base da pirâmide social, ampliação das instituições públicas de ensino superior, além das políticas de infraestrutura social, qual junto impulsionou o capital do setor de construção civil.

O golpe de 2016, mais do que sobre um governo ou sobre um partido, foi sobre a classe trabalhadora. Impulsionado pelo revés do cenário internacional, enquanto a nova política macroeconômica do Governo Dilma, qual tirou o Estado da direção da dinâmica econômica para entregar à burguesia interna sob a forma de ampliação das isenções fiscais, além de diminuir a spread dos bancos públicos, forçando a diminuição da taxa de lucro dos bancos privados nas concessões de crédito. A crise econômica e política foi liderada pela oposição ferrenha do capital financeiro e seus representantes (políticos, jurídicos, midiáticos, etc.), com o apoio da burguesia industrial interna, que não tinha conseguido aumentar a sua produção a partir da política que eles mesmos demandaram - Carvalho (2021) chama a política do Governo Dilma de “Agenda Fiesp” por ter sido produzida e apresentada por essa instituição - e com a classe média, que viu as concessões à massa da classe trabalhadora - como a política de contas nas seleções e concursos públicos, a legislação do trabalho doméstico, além do aumento real do salário mínimo e dos benefícios sociais - fazerem com que essa cada vez mais ocupassem os mesmo espaços daquela (Carvalho, 2021), além da dificuldade de encontrarem trabalhadores domésticos dispostos a se submeterem à superexploração do trabalho com condições de trabalho análogas à escravidão.

Nesse cenário, a reversão da política macroeconômica do segundo Governo Dilma, cedida aos anseios neoliberais para manter a governança, não consegue parar a onda neoliberal que deságua no golpe de 2016.

No processo do golpe de meados da década de 2010, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - hoje denominado DMB - junto com a Fundação



Ulysses Guimarães publicam um documento qual seria a agenda neoliberal a partir do golpe, intitulado “Uma Ponte Para o Futuro”¹¹.

O documento traz o diagnóstico de que a crise econômica e o processo inflacionário do período era fruto dos gastos asoerbados do Governo Federal, qual induzia a ampliação da demanda para além da capacidade produtiva e descredibilizava o país para receber investimentos privados externos (Fundação Ulysses Guimarães e PMDB, 2015).

A partir desse diagnóstico, o documento propõe: o afastamento do Estado das relações de produção; uma política de austeridade dos gastos sociais; um processo de privatizações, ou seja, entregar ao capital privado o controle da dinâmica econômica; o não aumento dos impostos [de forma repetida e geral, como se ouvisse uma homogeneidade na cobrança dos impostos]; e a instituição do orçamento impositivo, decidido ano a ano [negando qualquer forma de planejamento público de médio e longo prazo] (PMDB e Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

A agenda de austeridade fiscal e de privatizações proposta pelo Governo Temer não alcança os resultados objetivados. Porém, esse governo consegue constitucionalizar a política de Teto de Gastos sociais, a Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece o congelamento dos gastos sociais de acordo com os gastos daquele ano, em meio à crise econômica, e assim também de arrecadação, sendo reajustado anualmente apenas pela inflação, ignorando o crescimento marginal da população e do acesso à seguridade social, formando as bases institucionais para o avanço da contrarreforma da Previdência, deixando de fora os gastos com o sistema da dívida pública (Brasil, 2016), além de institucionalizar a contrarreforma trabalhista que retroalimenta o sucateamento do orçamento da Previdência Social (Gonçalves, 2023).

Em 2017, o Governo Temer aprova a contrarreforma do ensino médio, Lei 13.414/2017, a partir do discurso de que os estudantes tinham que ser preparados para o mercado de trabalho - isso em meio a uma conjuntura já comandada pela

¹¹ Sobre uma análise minuciosa desse documento, ver: Gonçalves (2023), “Economia Política Brasileira Contemporânea: Estado, formação econômico-social e contrarreformas neoliberais- conflito de classes e bloco no poder”.



agenda neoliberal à mais de três anos condicionando que mais de um décimo da força de trabalho estivesse sem conseguir emprego e mais de quatro décimos de trabalhadores sem o mínimo de segurança na continuidade do trabalho -, excluindo a formação questionadora e integrada, desobrigando - e assim condicionando o processo de sucateamento desses componentes formadores da educação reflexiva - os componentes curriculares de artes, filosofia e sociologia (Krein e Colombi, 2019).

A continuidade da agenda neoliberal no Governo Bolsonaro tem como marco inicial a continuidade da contrarreforma da Previdência e a política de austeridade e privatizações, sendo interrompida nos ciclos da crise sanitária e econômica da Covid-19 em 2020 e com o ciclo eleitoral de 2022.

Contudo os governos neoliberais pós-PT, ao passo que mantiveram a estagnação econômica e o aumento do desemprego e da informalidade, não conseguiram produzir superávits primários nas contas federais. Consideramos que os resultados econômicos e sociais dos governos Temer e Bolsonaro, expressando a própria contradição da agenda neoliberal, que, ao passo que condiciona o avanço da grande burguesia financeira sobre o o fundo público e reprimariza a formação econômico-social brasileira, aumentando o poder dos setores primário-exportadores e retirando parte da massa da classe trabalhadora de forma rotativa do mercado consumidor a partir do corte dos direitos e da renda destinada a essa, não consegue alimentar o sistema da dívida pública e aumenta a necessidade do Estado em direcionar recursos para a seguridade social, condicionando a eleição do terceiro Governo Lula (Gonçalves, 2023) e o reajuste da agenda da política fiscal no “Novo Arcabouço Fiscal”, que, em uma leitura prévia, indica o estabelecimento de metas de superávits primários como objetivo central, e em segundo plano uma abertura para a retomada na margem da ação do Governo como ator econômico direto.

Dado brevemente o panorama histórico das estruturas condicionantes da política, difundo público e do espírito social no Brasil, quais condicionam os discursos e os recursos, como salários e concursos para efetivação de professores no Magistério Superior público, voltamo-nos à análise específica para uma universidade pública estadual no interior do Ceará, qual consideramos representativo para o Brasil.



2 A Vulnerabilidade e o Ideário Produtivista Individual Paira Sobre a Universidade Pública

A grade curricular que está em vigência no curso de Ciências Econômicas na URCA, Campus Iguatu, tem entre seus componentes curriculares obrigatórios 42,8% de disciplinas abertas para a discussão da economia política (integramos aqui para obtermos esse número os componentes de economia política, história econômica, ciências sociais, filosofia, economia internacional, desenvolvimento, economia regional). Consideramos que, apesar dos ataques a essa matriz curricular pela ortodoxia do colegiado do Curso em questão, as discussões que abrem espaço para reflexões gerais não abstratas tem uma participação considerável na matriz em vigência.

Porém, os processos de avaliação quantitativas dos cursos, exemplo do ENADE, da hegemonia social do discurso liberal que paira sobre docentes e discentes através das múltiplas plataformas de comunicação, tendo como base o discurso da adaptação e da bonança individual diante das relações de produção incontestáveis, da formação das pós-graduações da Universidade Federal do Ceará (UFC), que formam parte significativa dos docentes atuantes no Curso em questão no momento da pesquisa, formam um arcabouço instrumental neoliberal que confronta em negação ao debate da economia política.

Nessa seção discutiremos os resultados do diagnóstico apresentado no “Documento Diretor da Pesquisa - URCA Iguatu”, produzido por nós enquanto estávamos como Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Regional do Cariri (URCA), Campus Iguatu, disponibilizado para o corpo de diretores e coordenadores do Campus em questão e para o então Reitor da Instituição, qual, entre outras questões, trata da questão da vulnerabilidade do corpo docente e a dificuldade, condicionada por aquela, da reprodução ampliada das atividades pertinentes ao magistério superior para além da sala de aula.

Tomamos como procedimento de levantamento de informações: entrevistas com coordenadores e professores do Campus Iguatu. Como procedimento de análise,



produzimos uma análise de discurso correlacionando com as questões históricas-estruturantes discutidas anteriormente.

Ao tratarmos dos “Pontos de Estrangulamentos da Pesquisa - Campus Iguatu” no documento, constatamos centralmente que, até o momento da pesquisa¹², todos os professores do Campus eram temporários, com exceção do Curso de Direito que contava com quatro professores efetivos no seu quadro de docentes - por esses terem conseguido via justiça a posse do cargo ao terem sido aprovados estarem no banco em um concurso para o Campus sede.

Os professores temporários têm uma remuneração de subsistência para a reprodução da força de trabalho para o exercício da docência no ensino superior, inclusive os que possuem a Retribuição por Titulação de Doutorado, a maior possível, abaixo do mínimo necessário para a reprodução de uma vida humana idealizada na Constituição de 1988, de acordo com DIEESE¹³, tendo que praticarem outras atividades remuneradas, além de concentrarem esforços na preparação para buscarem a estabilidade no exercício da profissão em outras instituições quando a sorte lhes abrir uma fresta de luz. Cenário que, junto com a imprevisibilidade da continuidade do exercício da profissão no médio prazo e a rotatividade no quadro de docentes da Instituição no Campus em questão, inviabiliza o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de pós-graduação de forma estruturante, além de impor dificuldades para a integração dos conteúdos programado nos componentes curriculares.

Não à toa que exista uma correlação na direção dos dados entre o número de professores efetivo e a nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (2023) entre os cursos da grande área das ciências sociais aplicadas do Campus em questão.

¹² Ressaltamos que, no momento da pesquisa, estava em processo, desde 2022, um concurso para professores efetivos da Instituição qual ofertava cerca de metade das vagas necessárias para a composição dos colegiados dos cursos ativos no Campus de Iguatu (Enfermagem, Educação Física, Direito e Ciências Econômicas), depois de mais de dezoito anos de funcionamento da Instituição na cidade - Campus criado a partir da expansão e interiorização das universidades públicas no primeiro período de Governos Lula -, sob um governo estadual (Ceará) de ideário relativamente progressista.

¹³ De acordo com o DIEESE (2023), o salário mínimo ideal para uma família seria de R\$ 6.528,93 em junho de 2023.



Outra questão importante é a de que, ao passo que os professores que atuam no Campus estão, até então, em estado de vulnerabilidade econômica e social e sem horizonte no médio prazo, a instituição dos cursos de pós-graduações têm que serem autofinanciadas, inclusive remunerando órgãos superiores da Instituição com cerca de 20% da arrecadação dos cursos; além da realidade da econômica da localidade e da conjuntura e da concorrência dos cursos, em expansão, EAD's privados - poupadores e superexploradores de força de trabalho -, ofertando pós-graduações à preço de atacado, inviabiliza a implantação de cursos de pós-graduação no Campus - qual, apenas o curso de Direito esporadicamente consegue formar turmas -, afastando os alunos egressos da Instituição.

Voltamos-nos agora ao campo das ideias para a compreensão da materialização no discurso do espírito neoliberal que paira sobre as instituições de ensino superior, disputando espaço com outras visões de mundo nas universidades públicas.

É público para a comunidade docente da Instituição, porém não documentada, um discurso, repetido mais de uma vez, de agente(s) da diretoria geral do Campus Iguatu - condicionado pela lógica quantitativista individual -, de que, devido ao número de concluintes e devido às últimas notas do ENADE (2023)¹⁴, que o curso de Ciências Econômicas - vulgarmente chamado de "Economia", desprezando de forma leiga as múltiplas e divergentes correntes do pensamento e da ação econômica - deveria ter menos acesso anualmente e que esse curso deveria ser transformado em um curso de engenharia.

Consideramos que, além da vulnerabilidade produzida pela institucionalização de um corpo docente totalmente temporário e, assim, rotativo, o curso de Ciências Econômicas, com componentes curriculares que permitam as discussões sobre a economia política e a suas diversas correntes de pensamento: ortodoxas, heterodoxas e críticas ao modo de produção dominante; condiciona esse a ser, de forma emblemática por estar localizado geograficamente na periferia da periferia da periferia das relações de produção (econômica, social, política, cultural) mundial, uma

¹⁴ Duas vezes consecutivas na avaliação o curso de Ciências Econômicas da URCA, Campus Iguatu, obteve nota 2.

trincheira ao avanço do ideário neoliberal na universidade pública, pois condiciona espaço, mesmo que cada vez menor, para a discussão sobre as raízes infraestrutura da questão social na qual a mesorregião está inserida e reflete com maior clareza.¹⁵

O curso de Ciências Econômicas - caso a discussão da economia política sobreviva a contrarreforma neoliberal permanente, inclusive no campo das ideias - é então um ator político capaz de formar agentes sociais capazes de refletir e agir sobre a realidade - para além do discurso da adaptação reproduzido pelo pensamento ortodoxo -, em função de formar contraposições contra o processo da contrarreforma neoliberal permanente no Brasil desde finais da década de 1980, esse que avança também a partir do processo de sucateamento das Instituições de Ensino Superior Públicas, e assim sobre os servidores dessas instituições - reascendido com o golpe de 2016 -, em função do redirecionamento do fundo público para o capital financeiro através dos superávits primários e da priva(tiza)ção dessas instituições.

3 Considerações

Centrando na inquietação sobre os condicionantes do espírito das ciências sociais (aplicadas) que estruturam as condições de reprodução do trabalho docente na atual fase do capitalismo no Brasil, com base nas especificidades encontradas no nosso campo de pesquisa, reforçamos a existência do processo de pressões para a imposição da desestruturação do pensamento crítico com o avanço da ideia do currículo aparentemente objetivo, pragmático, voltado para a preparação para o mercado de trabalho. Portanto, está em curso no Brasil um processo de desestruturação do pensamento crítico, institucionalizado, além da contrarreforma no ensino médio pelo chamado Novo Ensino Médio, no avanço das reestruturações dos componentes curriculares dos cursos do ensino superior da grande áreas das ciências

¹⁵ Consideramos que os cursos de Ciências Sociais, Serviços Sociais, História, entre outros, devido às suas estruturas curriculares reflexivas, são ainda mais importantes nesse conflito no campo das ideias com o espírito socialmente hegemônico, pois os cursos de Ciências Econômicas estão sendo desestruturados a partir da sua estrutura curricular, obedecendo aos ditames neoliberais de minimizar o debate da economia política crítica, para implantar um curso de “Economia”, ou seja, de reprodução de modelos microeconômicos abstratos, sem condicionar os discentes uma instrumentalização reflexiva sobre as relações de produção quais estão inseridos.

sociais aplicadas, talhando o pensamento crítico com a ideia de formação para o mercado de trabalho - tendo como pano de fundo a individualização das condições de vida dos agentes econômicos-sociais.

Ao passo dessas investidas ideais-institucionais, os professores passando por um processo de vulnerabilidade do trabalho, tentam sobreviverem na ocupação temporária, com salários abaixo do ideal até para a reprodução de uma força de trabalho não especializada, condicionados pelo processo de contrarreformas fiscais neoliberais (a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, passando pela EC 95/2016, do Teto de Gasto, até o chamado Novo Arcabouço Fiscal) que engessa qualquer iniciativa dos atores do poder executivo.

Nessas condições, os professores temporários buscam outras atividades complementares para as suas rendas, além de dividir seus tempos de trabalho para se prepararem para concursos que condicionem uma estabilidade do trabalho, formando um estrangulamento que impede um planejamento de médio e longo prazo para com a instituição assim como para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam mutuamente para o desenvolvimento profissional, institucional e social.

Assim, o processo de contrarreforma neoliberal permanente no Brasil desde finais dos anos 1980 avança sobre as instituições de educação impondo seu espírito socialmente e institucionalmente, alimentando e sendo alimentado mutuamente pela vulnerabilidade do trabalho docente em condições de temporário.

Referências

Bielschowsky, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Brasil. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000**.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016**. Brasília, 2016.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000**. Brasília, 2000.



Chang, Há-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva. Trad. Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004.

Coutinho, Carlos, Nelson. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Novos Rumos**. Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan.-jun., 2012.

DIEESE. Em 2022, Preço da Cesta Básica Aumenta em Todas as 17 Capitais Pesquisadas. **Nota à Imprensa**. 2023. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Forrester, Viviane. **O Horror Econômico**, 1997. Resenha de FERREIRA, S. L. B. **Caderno CHR**, n. 29, p. 243-250, jul./dez. 1998.

Fundação Ulysses Guimarães; PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro**. Brasília, 29 out. 2015.

Gremaud, Amaury Patrick; Vasconcellos, Marcos Antonio Sandoval de; Toneto Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Giambiagi, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros; Villela, André Arruda; Hermann, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

Gonçalves, Hugo Feitosa. **Economia Política Brasileira Contemporânea: Estado, formação econômico-social e contrarreformas neoliberais- conflitos de classes e bloco no poder** (Tese de Doutorado, PPGCS/UFRN), 2023.

Araujo, Victor Leonardo; Mattos, Fernando Augusto Mansor. **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma – novas interpretações**, 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

Harvey, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Hayek, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, Brasil, 2010. 231 p.

Hunt, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Krein, José Dari; Colombi, Ana Paula Fregani. A Reforma Trabalhista em Foco: desestruturação da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. *Educ. Soc.* v. 40. Campinas, 2019, p. 1-18.



Lenin, Vladimir Ilich. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Trad. Olinto Beckerman. 4. ed. São Paulo: Global, 1987b, 127 p.

Marini, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Trad. Marcelo Carcanholo. s.d. [1972].

Marx, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Padula, Raphael; Fiori, José Luís. Geopolítica e Desenvolvimentismo em Petty, Hamilton e List. **Revista de Economia Política**. v. 39, n. 2 (155), p. 236-252, abr.-jun., 2019.

Smith, Adam. **A Riqueza das Nações**. v. 1. Nova Cultural, 1988.